



1
2
3
4
5
6 **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**
7 **Adolescente**
8 **CMDCA**

Local: Rua Orestes Medeiros Pullin, 94, Bairro Aeroporto – Associação Guarda Mirim

Data: 19/12/2018

Horário: 8h30m

1 Aos dezenove dias do mês de dezembro de 2018 realizou-se reunião ordinária do
2 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na sala reunião na
3 Igreja Nova Aliança. Proposta de Pauta: **1. Atas para Aprovação; 2. Relato de**
4 **Comissões; 3. Avaliação Atividades CMDCA - 2018; 4. Informes da**
5 **Secretaria Executiva; 5. Escuta Qualificada - Decreto nº 9.603/2018.**
6 Rejane dá as boas-vindas e inicia solicitando alteração dos itens 1 e 5 do ponto de
7 pauta, e foi aprovado pelo CMDCA. Pauta: **1. Escuta Qualificada - Lei**
8 **13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018.** A conselheira de direitos Karen
9 argumenta sobre as implicações desta lei para os servidores e que todas as
10 secretarias estão envolvidas nesta rede de proteção à criança e ao adolescente.
11 Acrescenta a necessidade de Capacitação sobre a escuta qualificada, e que a
12 SMAS está realizando os prazos legais e que está fazendo o processo de
13 inexistência de Edital de Chamamento Público para contratação da palestrante
14 Lúcia Cavalcanti, que tem todas as qualificações para ofertar a capacitação para a
15 rede de proteção social, com agenda disponível apenas no início de fevereiro de
16 2019, e com custo bem alto. A conselheira de direitos Karen solicita que essa
17 proposta seja custeada com recursos do FMDCA, sendo necessário solicitar à Aline
18 Fioravanti, do CONJUVI, as informações adicionais para a construção da proposta.
19 Informa que os prazos para os trâmites estão apertados. A conselheira de direitos
20 Jucelei questiona sobre o número de participantes desta capacitação. O
21 conselheiro de direitos Cláudio aponta que a comissão de fundo e a mesa diretora
22 não foram informadas oficialmente sobre a proposta apresentada, e que deveria
23 ser seguido os trâmites, e questiona a quem compete o custeio desta capacitação.
24 A conselheira de direitos Jucelei aponta que o investimento que se pretende deve
25 ser avaliado os profissionais que farão e que muitas vezes se capacita esse
26 profissional que não quer realizar a atividade proposta, por inúmeras razões. O
27 conselheiro Claudio questiona se é a SMAS que está querendo promover o evento,
28 e de onde veio a requisição para promover o evento. A conselheira Maria Inês
29 disse que foi do Ministério Público a requisição. A promotora de justiça Susana
30 Feitosa diz que foram instadas as secretarias de educação, saúde e assistência
31 social, e lembra que a lei estabelece que todos os órgãos do sistema de garantia
32 de direitos são porta de entrada para situações de violência, independentemente
33 do porte do Município. O conselheiro Claudio diz que entende este ponto, mas
34 como integrante da comissão de fundo, é necessário ter subsídios para entender e
35 deliberar acerca do tema, pois não houve tramitação pela comissão e pela mesa
36 diretora. A conselheira Ana Maria lembra que participou de um evento em
37 Curitiba, neste ano, e que na ocasião do relato para a plenária foi falado, inclusive
38 pela promotora Aleteia, pela possibilidade de organizar a capacitação, o que ficou
39 definido com a secretária Nadia. O projeto ainda não chegou no CMDCA, estando
40 parado na Administração, e está sendo submetido à plenária para resgatar a
41 proposta e caminhar no ano de 2019. O conselheiro Claudio diz que pretende
42 fazer a coisa da maneira mais correta possível, e que o CMDCA vai aprovar uma
43 coisa sem avaliação prévia, devendo os conselheiros ter cuidado, inclusive pela
44 atuação do Observatório de Gestão Pública. A conselheira Ana Maria disse que a
45 diretoria encaminhou para pauta com o entendimento de que a proposta seria



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA**

46apresentada, mas não houve apresentação pela administração. Continua dizendo
47com relação ao segundo ponto, referente às duas conselheiras tutelares que tem
48capacitação para promover a escuta especializada, não tendo sido esta
49capacitação pela administração pública municipal. Informa que a presidente do
50CMDCA orientou os colegiados a discutirem de maneira coletiva, e que a
51deliberação do colegiado foi negativa à realização do procedimento de escuta
52especializada. A promotora Susana questiona o que está sendo votado. A
53conselheira Mlleni pede questão de ordem, e quer saber qual a questão da escuta
54especializada que está na pauta, e se não há proposta não pode haver
55deliberação. O conselheiro Joed diz que está pedindo deliberação do fundo. A
56conselheira Ana Maria disse que não foi encaminhada proposta para o CMDCA, e
57que a pauta teria sido pedida para sensibilizar o CMDCA quanto a importância do
58tema. A promotora Susana questiona o porquê de não ter sido apresentada
59proposta. A conselheira Karen diz que há proposta sim, e questiona quem solicitou
60inclusão na pauta da referida proposta. A conselheira Ana Maria diz que a
61proposta era para falar sobre a Lei da Escuta Especializada, e não de proposta de
62utilização dos recursos do FMDCA. A conselheira Jucelei diz que entendeu que em
63virtude do prazo, que a palestrante não estaria mais no município, seria
64necessária urgência. O conselheiro Claudio diz que a promotora informou que foi
65encaminhado à SMAS há, aproximadamente, 06 meses, quando a Secretária Nadia
66estava na função, e que entende que não há como aprovar a questão, e que se
67absterá como comissão. A conselheira Ana Maria lembra que não há sequer valor
68na proposta. O conselheiro Claudio questiona à promotora quando foi
69encaminhada a proposta, e a promotora informa que foi encaminhada há,
70aproximadamente, 08 meses, e que o Município deveria encaminhar ao CMDCA.
71Relata que não sabe o que está fazendo na reunião, se estão conversando há 08
72meses com relação ao projeto, que se encontra pronto, e questiona o porquê o
73projeto não se encontra para apresentação na reunião do CMDCA. A conselheira
74Karen diz que o projeto foi passado para ela apenas ontem. A promotora lembra
75que o projeto está na SMAS há pelo menos 08 meses. A conselheira Karen diz que
76pediu o projeto, pois a parte dela é apenas fazer o processo de inexigibilidade,
77mas a parte de aprovação do recurso e apresentação do projeto, não. Relata que
78para fazer o processo de inexigibilidade precisa do projeto, e que pediu à Aline
79Fioravante que enviasse. A promotora Susana Feitosa lembra que a Aline
80Fioravante é uma servidora do Judiciário, e que não tem obrigação nenhuma de
81encaminhar o projeto. A conselheira Ana Maria diz que a proposta estaria sendo
82discutida com a participação da Aline. A conselheira Karen diz que é uma
83necessidade da rede, e o CMDCA pode ou não custear a demanda, e se ele disser
84que não tem condições de custear a demanda, o município custeará. Lembra que
85quando entraram em contato com a presidente Rejane para incluir este assunto
86na pauta, a SMAS adotou as providências para fazer o processo de inexigibilidade,
87e para isso pediu o projeto, e quando o conselho deliberar ela incluirá o pedido de
88licitação no sistema. A promotora Susana Feitosa questiona quem está
89coordenando a reunião, e a conselheira Ana Maria diz que é ela. A promotora
90Susana Feitosa diz que estão em uma situação caótica, que as pessoas precisam
91ser qualificadas para fazer o atendimento das crianças e adolescentes. Diz que
92percebe haver algumas pessoas preocupadas com isso, e outras não, e solicita
93que a Comissão do CMDCA aprecie com urgência o pedido. A conselheira tutelar
94Carla sugere que, após o almoço, seja apresentado. A conselheira Ana Maria diz



27
28
29
30
31
32 **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**
33 **Adolescente**
34 **CMDCA**

95que é preciso passar pela comissão de fundo do CMDCA, e que é preciso resgatar
96que a comissão não foi informada do pedido, e que a diretoria entendeu que o
97projeto seria encaminhado para conhecer os detalhes. O conselheiro Joed pede o
98encaminhamento à comissão de fundo. A conselheira Ana Maria diz que o CMDCA
99retorna em fevereiro. A promotora Susana Feitosa diz que fevereiro já seria a
100capacitação. A conselheira Karen diz que, em virtude dos problemas de
101encaminhamentos ocorridos, pode ser feito um processo de licitação com outras
102fontes de recursos, e permanecerão a data do curso, e que embora seja
103pertinente ao FMDCA, não é a única fonte de recursos, e se não obedeceu o
104trâmite legal de passar previamente à comissão de fundos, não há condições de
105ser deliberado, e se a palestrante não tem outra agenda, devendo ser preservado
106o início de fevereiro, a SMAS vai procurar outras formas de custeio. O conselheiro
107Claudio questiona se a SMAS tem outras formas de custeio, e reitera que é
108necessário respeitar a tramitação dos processos. A promotora Susana Feitosa diz
109que está tratando com a SMAS há 08 meses, e solicita ao CMDCA se há alguma
110possibilidade de ser tratado por aqui. Relata que todos os compromissos que
111tentou firmar com SMAS não foram cumpridos, e diz que prefere confiar no
112CMDCA. A conselheira Karen lembra que tiveram uma reunião há 06 meses, e a
113diretora de proteção social especial lembrou que isso não seria obrigação da
114SMAS, e seria preciso o envolvimento de outras secretarias, como a educação,
115onde há maior incidência. A promotora Susana Feitosa pede uma questão de
116ordem para verificar se haverá deliberação acerca da apreciação, e lembra que o
117decreto é claro que é atribuição da SMAS fazer a escuta especializada. A
118conselheira Ana Maria diz que precisa ser encaminhado à plenária. A conselheira
119Karen diz que não sabe se a promotora acompanhou o que ela estava falando,
120mas devido a questão de encaminhamento o custeio pode ser feito com recursos
121de outras fontes, que não do CMDCA, não sendo necessário apreciar nada pelo
122CMDCA. A promotora Susana Feitosa diz que, em caso de retorno da secretária
123municipal de assistência social, Nadia Moura, e da diretora de proteção social
124especial Josiani Nogueira, os processos podem ficar interrompidos, e a conselheira
125Karen se compromete a encaminhar o processo com outras fontes de recurso. A
126conselheira Maria Inês questiona se seria possível encaminhar outra reunião
127extraordinária para resolver a questão, e o conselheiro Claudio diz que é possível,
128desde que a plenária delibere. A conselheira Ana Maria lembra que é necessário
129seguir a tramitação de encaminhamento à Comissão de Fundos, e que esta é a
130última reunião do ano. A conselheira Karen diz que não é necessário provocar
131maiores problemas, e que encaminhará o processo licitatório para custear com
132outras fontes de recurso, e se for o caso, solicita após a autorização do CMDCA
133para utilização dos recursos do FMDCA, com a competente
134complementação/suplementação orçamentária. O conselheiro Claudio diz que
135uma palestra não vai resolver a questão. A promotora Susana Feitosa diz que não
136será apenas uma palestra, que será feita de maneira continuada, tendo noções de
137desenvolvimento infantil, memória infantil, e serão verificadas as pessoas que tem
138aptidão. Lembra que o CMDCA muda de 02 em 02 anos, e que deveria ser
139continuado. O conselheiro Claudio diz que é necessário incluir referida proposta de
140capacitação em um calendário fixo do CMDCA, e que sejam adotados todos os
141trâmites legais para resolver a questão. Lembra que o CMDCA, deve compor um
142Plano de Aplicação. A conselheira Karen questiona quando ocorrerá a próxima
143reunião ordinária do ano de 2019, e se seria possível pautar novamente este



40
41
42
43
44
45 **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**
46 **Adolescente**
47 **CMDCA**

144 assunto, tendo em vista a agenda da palestrante, inclusive promovendo a
145 divulgação do curso. Pede que os conselheiros fiquem de sobreaviso, e que a
146 primeira pauta de fevereiro o assunto será retomado. Encerrado o primeiro ponto
147 de pauta, será feita uma pausa para o almoço e retorno. Após o retorno do
148 almoço, a conselheira Ana Maria passa a fazer um breve relato aos conselheiros
149 da tramitação do item 1, informando que a SMAS continuará a tramitação do
150 procedimento licitatório para contratação da palestra da escuta especializada com
151 outros recursos, e que provavelmente em fevereiro/2019 será apresentada
152 proposta de utilização dos recursos do FMDCA, desde que seja passado por todas
153 as comissões, e explica a tramitação com relação a atribuição do conselho tutelar
154 na realização da escuta especializada. O conselheiro Claudio questiona se todas
155 as secretarias foram instadas a promover o evento, quem promoverá a execução
156 da capacitação para os servidores públicos. A conselheira Maria Inês Galvão diz
157 que participou de uma reunião sobre escuta especializada, e naquela ocasião
158 participaram as 3 secretarias: assistência social, educação e saúde, e não seria
159 justo apenas uma das políticas arcar com este ônus, mas as coisas tomam um
160 encaminhamento que acaba caindo somente sobre a SMAS, pois a promotora não
161 consegue falar com a educação e a saúde, e acaba voltando à SMAS. A
162 conselheira Ana Maria diz que a lei fala que o judiciário que deve promover a sala
163 de escuta especializada. A conselheira Maria Inês Galvão diz que, em todas as
164 reuniões que participaram, a Aline Fioravante disse que os encaminhamentos
165 seriam feitos pelo judiciário/MP. Edsonia, da secretaria executiva, lembra que já foi
166 trazido à plenária do CMDCA o tema da escuta especializada e do depoimento
167 pessoal, quanto às competências, e ficou registrado que, à época, seria
168 apresentado pelo MP a proposta de fluxo das situações, que a promotora Aleteia
169 fez uma primeira aproximação com o órgão da educação que ficou como
170 referência para essas situações, que estava sendo elaborada uma cartilha para a
171 rede, e a lei se refere ao sistema de garantia de direitos, que envolve vários
172 protagonistas, cada um com sua competência. Relata que talvez, antes de
173 deliberar sobre a capacitação, seria importante registrar qual seria o fluxo com
174 relação a lei da escuta especializada. A conselheira de direitos Edna diz que é
175 preciso filtrar os profissionais, e que eles devem ter comprometimento para
176 atuação. A conselheira Ana Maria passa à leitura das justificativas de ausência:
177 conselheiro pastor Wagner Gomes, conselheira Alexandra Alves, e o conselheiro
178 Fábio. **2. Atas para Aprovação.** A conselheira Ana Maria passa a aprovação das
179 atas encaminhadas aos conselheiros: 09/08, 19/10, 23/10, 22/11, 06/12 e 13/12. A
180 plenária aprova as atas, de maneira unânime. **3. Relato de Comissões.**
181 Comissão de Cadastro: O conselheiro pastor Joed passa à leitura da ata da
182 comissão de cadastro. No dia 18/12 a comissão de cadastro, juntamente com a
183 Secretaria Executiva, realizou análise dos seguintes processos: Creche Imaculada
184 Conceição, área da Educação; Creche São José, de Irerê, área da Educação;
185 Congregação de Irmãs da Pequena Missão para Surdos, área da Assistência Social,
186 todos sendo aprovados pela comissão. A conselheira Denise questiona se tem
187 algum questionamento, e passa a deliberação, tendo sido aprovado de maneira
188 unânime pela plenária. **4. Avaliação Atividades CMDCA - 2018.** A conselheira
189 Ana Maria passa a palavra para a Secretaria Executiva para a avaliação das
190 atividades do CMDCA no ano de 2018. O CMDCA realizou 22 reuniões ordinárias e
191 5 reuniões extraordinárias, e tivemos 6 entidades com registros novos no CMDCA,
192 com 20 renovações de registro, com 1 indeferimento. O relatório conta com as



53
54
55
56
57
58 **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**
59 **Adolescente**
60 **CMDCA**

193atividades, ações e demandas tratadas pelo Conselho, e é um documento
194extenso. Propõe o encaminhamento aos conselheiros por e-mail, para no início de
1952019 iniciar um novo planejamento das grandes questões que não foram
196realizadas, como por exemplo a pendência da eleição complementar do CMDCA,
197que foi levantada na Diretoria. Informa que há uma série de questões no relatório,
198como as relacionadas ao Conselho Tutelar, relatório de gestão quadrimestral, com
199as decisões do conselho. Tem coisas que foram encaminhadas e outras precisam
200ser retomadas. Há pareceres dados, eventos realizados, e questiona à plenária se
201gostaria que fosse feita a leitura. A conselheira Ana Maria sugere a leitura apenas
202da coluna A. O conselheiro de direito Cláudio relata que é preciso pensar em um
203processo e transição, pois os conselheiros que estão há um tempo no conselho
204precisam passar para os que vão assumir, uma transição dos encaminhamentos
205dados, inclusive outras questões que virão. Edsonia, da Secretaria Executiva,
206lembra que esta gestão vai até novembro/2019, e que nas primeiras reuniões é
207necessário retomar, inclusive com o processo de mobilização para a eleição
208complementar. A conselheira Ana Maria diz que muitas comissões precisam rever
209resoluções, normativas, para aproveitar que está com um caminho. O conselheiro
210Claudio lembra do Banco de Projetos, para que a transição seja feita e seja
211garantida a continuidade. O conselheiro Joed lembra da eleição do Conselho
212Tutelar. A conselheira Denise diz que, inclusive, o processo está em atraso.
213Edsonia, da Secretaria Executiva, lembra que a eleição do conselho tutelar
214ocorrerá no mês de outubro/2019, e a partir do retorno dos trabalhos do CMDCA,
215em fevereiro, será necessário estabelecer comissão para organização do processo,
216e passa à leitura do relatório, e lembra que a diretoria sugeriu a realização de uma
217avaliação, um balanço das atividades do CMDCA. Sugere, então, que os
218conselheiros se reúnam rapidamente para realizar a avaliação, após a leitura das
219atividades. Passamos aos assuntos tratados no ano de 2018 pelo CMDCA. A
220conselheira Ana Maria lembra da sua participação no COPEDH. Edsonia, da
221Secretaria Executiva, passa a palavra à plenária para avaliação dos trabalhos do
222CMDCA. A conselheira Edna lembra que o ponto negativo é o quórum. A
223conselheira Leonice lembra do cumprimento do horário. A conselheira Adriana diz
224da participação nas comissões também, e não apenas na plenária. A conselheira
225Ana Maria diz da participação em eventos. O conselheiro Claudio lembra da
226reunião com o executivo municipal para o repasse dos recursos da doação casada
227do imposto de renda. A conselheira Lidia lembra da reunião de fluxo de
228atendimento a adolescentes e crianças em situação de rua, não tendo
229participação dos serviços, e não avançou. A conselheira Adriana questiona da
230comissão de monitoramento, e a conselheira Ana Maria diz que ela compõe. A
231conselheira Lidia lembra da comissão da obesidade infantil, e Edsonia, da
232Secretaria Executiva, lembra que esta situação deve estar em alguma ata ainda
233não aprovada, por isso não entrou no relatório. Pontos positivos: a conselheira
234Edna lembra da organização da conferência. O conselheiro Joed diz que tiveram
235dificuldades nas reuniões da Comissão de Cadastro, talvez falta da
236regulamentação das questões da aprendizagem. A conselheira Leonice lembra da
237comissão de legislação. A conselheira Ana Maria diz que, no retorno, será
238necessário verificar os papéis de quem faz a gestão do CMDCA e do executivo. O
239conselheiro Joed diz que outro ponto negativo é a falta de compromisso dos
240conselheiros. Outro ponto positivo, segundo o conselheiro Cláudio, é a qualificação
241da secretaria executiva do CMDCA, que proporcionou a realização de todo o



66
67
68
69
70
71 **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**
72 **Adolescente**
73 **CMDCA**

242trabalho desenvolvido até agora. Relata que há falta de compromisso, mas que a
243secretaria executiva do conselho está lá, e está fazendo a coisa andar, inclusive
244no processo metodológico. O conselheiro Joed diz que não podemos perder isso. A
245conselheira Leonice lembra a fala da antiga presidente, Magali, para a atual
246presidente, Rejane, de que não perca esta Secretaria Executiva. O conselheiro
247Claudio diz que, hoje, os conselheiros se sentem orgulhosos na tramitação dos
248assuntos no CMDCA, e que a SMAS deve ser mencionada, pois aceitou a cessão
249dos servidores e viram que a coisa melhorou. A conselheira Denise diz que tem
250que ter esse respaldo. O conselheiro Joed lembra que não apenas na plenária, mas
251também nas comissões. A conselheira Adriana diz que é importante a fala do
252conselheiro Claudio, e lembra que no âmbito do CMAS, houve alteração da lei no
253sentido de que os técnicos administrativos podem ser compartilhados com outros
254conselhos, e que os conselheiros devem bancar pela manutenção da atual
255estrutura da secretaria executiva do CMDCA. O conselheiro Claudio lembra da
256organização do CEDCA, e da importância de ter o suporte de diversos profissionais
257para que os trabalhos aconteçam. A conselheira Ana Maria diz que o CMDCA
258conseguiu avançar, mesmo que minimamente, na participação dos adolescentes
259no CMDCA. O conselheiro Claudio lembra que esta Conferência foi uma das
260melhores que participaram até hoje. A conselheira Ana Maria lembra que a última
261conferência houve maior desistência dos adolescentes, e nesta houve interesse na
262participação. A conselheira Leonice lembra como ponto negativo da conferência
263foi a falta de fornecimento de água, pois a SANEPAR informou apenas com 2 dias
264de antecedência a impossibilidade de atendimento da demanda. A conselheira
265Denise diz que, como ponto positivo desta gestão, em comparativo de evolução
266com a gestão anterior, foi a participação e a forma com que os conselheiros
267tutelares passaram a participar deste Conselho. Houve sempre situações de
268desconforto, com embates, como se houvesse rivalidade, e que o
269amadurecimento do entendimento de que estão todos trabalhando pelo mesmo
270propósito foi evidente. O conselheiro Claudio diz que esse amadurecimento é uma
271construção, e que se fossem para entrar em embates entre CMDCA e conselho
272tutelar, não teria sentido, e a partir de então eles passaram a enxergar de uma
273maneira diferente. Edsonia, da Secretaria Executiva, lembra que este será um
274desafio colocado aos conselheiros no processo de eleição do conselho tutelar, que
275deve ser muito bem organizado e pensado, para que possam ser escolhidos
276profissionais qualificados para a execução dos serviços. A conselheira Denise
277lembra que a lei traz o tema com mais clareza, e que vai exigir um olhar
278cuidadoso. Edsonia, da Secretaria Executiva, diz que a comissão de transição, que
279se reunirá durante o recesso do CMDCA, ainda tem situações graves, que não
280poderiam estar acontecendo. A conselheira Lidia lembra na reunião que foi
281decidido o regimento interno, e questiona se a escala passou. **DESAFIOS:**
282Edsonia, da Secretaria Executiva, questiona à plenária, o que não pode esperar. A
283conselheira Ana Maria diz que o primeiro desafio é alinhar com a SMAS os fluxos e
284procedimentos, para não emperrar o andamento dos trabalhos das comissões e
285da própria plenária, e sugere uma reunião. O conselheiro Joed lembra que ouviu
286uma proposta, da conferência, da participação dos adolescentes na reunião, e que
287este é um desafio. Luis, da Secretaria Executiva, diz que concorda, que um dos
288maiores desafios é vincular o CMDCA ao seu público alvo. Edsonia, da Secretaria
289Executiva, diz que atualmente a tecnologia pode auxiliar muito neste processo. O
290conselheiro Claudio sugere a realização de visitas na SEDS para verificar os



79
80
81
82
83
84 **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**
85 **Adolescente**
86 **CMDCA**

291equipamentos existentes, e identificar as possibilidades para a participação dos
292adolescentes. A Conselheira Edna pede a palavra para agradecer as doações
293realizadas para a conferência e para o ia de hoje, e agradece o conselheiro
294Claudio pela disponibilidade, entregando-lhe uma lembrança. A conselheira Ana
295Maria diz que outro desafio é a manutenção das comissões transitórias e a
296finalização dos seus trabalhos. A avaliação será encaminhada juntamente com o
297relatório aos conselheiros para avaliação. Passamos à análise do calendário de
2982019, e a proposta é seguir a mesma metodologia de 2018: segundas e quartas
299quintas-feiras de cada mês. Edsonia, da Secretaria Executiva, diz que a plenária
300precisa deliberar sobre o local da reunião, e o dia e horário da primeira reunião. O
301conselheiro Claudio lembra que mudaram para a Igreja Nova Aliança pela
302localização central, visando garantir a participação das crianças e adolescentes.
303Edsonia, da Secretaria Executiva, lembra que foi avaliado por este Conselho que a
304dinâmica acaba inviabilizando a participação das crianças e adolescentes. A
305plenária delibera pela manutenção das segundas e quartas quintas-feiras do mês,
306de maneira unânime, com o retorno das reuniões em 2019 no dia 14/02/2019, na
307sede da Igreja Nova Aliança. A conselheira Denise diz que não necessariamente a
308reunião das comissões sejam dia 14, mas que estas retomem seus trabalhos para
309que sejam apresentados pareceres no dia 14/02/2019. Proposta aprovada por
310unanimidade, para formulação de consulta à Igreja Nova Aliança da possibilidade
311de manutenção das reuniões, ao menos a primeira, que seria realizada no dia
31214/02/2019, às 08h30, na Igreja Nova Aliança. **5. Informes da Secretaria**
313**Executiva.** Edsonia, da Secretaria Executiva, diz que não houve tempo hábil para
314sistematizar os ofícios e e-mails encaminhados, e a plenária aprova o relato. A
315conselheira Ana Maria passa a palavra para a plenária para informes, e a Edsonia,
316da Secretaria Executiva, relata o contato feito pela Sra. Maria Victória Eiras
317Groissman, que faz a destinação ao FMDCA e tem fomentado aos familiares e
318amigos a importância de se destinar para manter o recurso no nosso Município. O
319Sr. Carlos pede a palavra para dizer de seu aprendizado, desde que iniciou seu
320acompanhamento no CREAS 3, e da sua caminhada como conselheiro nas
321diversas esferas de governo. Relata que tem acompanhado a reunião como pai e
322preocupado com as questões referentes às crianças e adolescentes do Município.
323Lembra que não caiu de paraquedas no CMDCA, e agradece a participação com
324suas anotações e se fortalecendo como pessoa, como cidadão, e que gostaria de
325dar a cada um, um presente, mas gostaria de aproveitar o momento para dizer de
326seu agradecimento a todos os conselheiros e conselheiras, e à Secretaria
327Executiva. Edsonia, da Secretaria Executiva, retoma a situação do patrocínio da
328Organização GERAR para custeio do trabalho gráfico realizado pelo Coletivo
329Entrelinhas, diante da falta do valor de R\$ 900,00 no valor do serviço. Edsonia, da
330Secretaria Executiva, lembra reunião realizada com a presidente Rejane, com a
331funcionária Ariana, da Organização GERAR, em que foi relatada a dificuldade das
332instituições em custear o valor, pela necessidade de arcar com os lanches da
333Conferência, e que a representante da Organização GERAR se colocou à
334disposição para resolver a questão. A conselheira Denise relata que a Ariana fez
335contato com ela ontem, por mensagem, resgatando a conversa inicial com relação
336à diferença do valor de R\$ 900,00 do serviço. Resgatou que ela conseguiu R\$
3372.800,00 com um parceiro, e mais R\$ 300,00 do caixa próprio da instituição, e que
338disse que na ocasião não embargou no sentido de não comprometer o trabalho
339desenvolvido, mas que não há a possibilidade de custear o serviço do fornecedor,

92
93
94
95
96
97
98
99



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA**

340que tem cobrado a diferença, e que a conselheira se sente constrangida por ter
341trabalhado com a intermediação entre o contratado e a instituição GERAR. Lembra
342que ela pagou o Banner, pelo Instituto ADAMA, e que a instituição GERAR não
343tendo condições, a própria conselheira irá arcar. A conselheira Edna lembra que na
344referida reunião, deixou-se claro a ausência de recursos e que a Sra. Ariana iria
345verificar e disse que o conselho não precisaria se preocupar. Nada mais a tratar,
346eu, Luis Mangili, lavrei a presente ata.

100
101
102
103
104